

# É o fim da era do dólar?



» BENITO SALOMÃO  
Professor do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI-UFU)

Na última semana, a conjuntura de curto prazo piorou nitidamente. A nova política tarifária do governo dos Estados Unidos tem causado grande pânico sobre os mercados no mundo todo e produzido uma enorme volatilidade em preços financeiros. Desde o fim do regime de Bretton Woods, em que foi sepultado o padrão dólar-ouro e estabelecido o regime de câmbio flutuante, a moeda americana galgou o posto de padrão monetário internacional, o que gerou assimetrias nas relações monetárias entre países.

A teoria monetária de Keynes (1936), pautada na hipótese da preferência pela liquidez, trata a moeda como um ativo demandado por agentes econômicos pelas razões: i) transacional, a moeda é demandada para liquidar transações econômicas quaisquer; ii) precaucional, isto é, num contexto de incertezas, a moeda deve ser demanda para além das necessidades econômicas quaisquer; e iii) especulativa, que trata a moeda como um ativo que concorre com outros ativos líquidos e ilíquidos como parte dos portfólios de agentes. Neste mundo, a moeda deve ter funções adicionais para além de um mero meio de troca, deve ser também uma unidade de conta e uma reserva de valor.

Embora, originalmente, a teoria Keynesiana da moeda tenha sido pensada para um contexto

nacional, ela pode ser facilmente estendida para a relação entre países, como muito bem demonstrado por De Conti, Prates e Plihon (2010). Como bem argumentam os autores, uma moeda pode exercer, em escala global, a função de meio internacional de trocas, unidade internacional de contas e reserva internacional de valor. Em alguns momentos da história, alguns esforços foram feitos a fim de construir um padrão monetário internacional supranacional, cuja oferta monetária não fosse controlada, individualmente, por um único país. Tais esforços, no entanto, não resultaram em efeitos práticos e o dólar americano ocupou, desde então, este espaço.

Inúmeras consequências surgem da adoção internacional de um padrão monetário que seja nacional. Em primeiro lugar, as condições de liquidez internacional passam a estar subordinadas aos objetivos da política monetária de um país específico, no caso, os Estados Unidos. "O dólar é nossa moeda, mas é vosso problema", frase atribuída a John Connally, então secretário do Tesouro dos EUA no início da década de 1970 e que expressa bem a condição de subordinação das condições de liquidez internacional a objetivos domésticos de uma única nação.

Na saída da crise de 2008, quando a taxa de juros do Federal Reserve (FED) chegou próxima a 0% (fenômeno conhecido na literatura como zero *lower bound*), e os efeitos daquela recessão geraram fortes temores de deflação nos EUA, mecanismos de política monetária não convencionais foram postos em prática para estimular a recuperação econômica. Entre eles, os famosos Quantitative Easing (QE), isto é, a compra de ativos "podres" do sistema bancário americano pelo FED, financiada pela expansão do seu passivo, o que significava emissão de moeda na

prática. Ao todo, as emissões monetárias daquele período chegaram à casa dos US\$3 trilhões e dado que o dólar é o padrão monetário internacional, parte dessa expansão monetária transbordava para outros países, gerando apreciação cambial em quase todo o mundo. Na época, autoridades brasileiras acusaram os EUA de produzirem uma guerra cambial.

Uma outra consequência de um sistema monetário internacional cujo dólar é o ativo central denomina-se "Privilégio Exorbitante". Se qualquer nação do mundo opera sistematicamente com déficits em Transações Correntes (TCs), de duas uma: ou haverá depreciações cambiais visando desestimular importações, ou expansão dos juros domésticos acima dos juros internacionais, a fim de atrair capitais para financiar o déficit. Essas consequências são impostas a todos os países, exceto aos EUA que podem financiar os seus déficits em TCs com emissão de dólares, uma vez que sua moeda é demandada por outros países como Reservas Internacionais. A ausência de restrições externas nos EUA é o que se chama de "Privilégio Exorbitante".

Esse privilégio exorbitante, que colocou a moeda americana no centro das relações econômicas internacionais, foi o que permitiu décadas de déficits acumulados nas relações comerciais entre EUA e Ásia. Um arranjo estruturado em uma divisão clara, pelo qual a Ásia produzia e exportava para os EUA que consumia acumulando déficits. Agora, diante da guerra tarifária, que na prática parece significar a renúncia dos EUA ao seu privilégio exorbitante, é possível que o mundo esteja diante do início de uma ruptura com esse arranjo financeiro internacional onde o dólar exerce hegemonicamente o papel de reserva de valor. Essa história ainda está a ser contada.



## Cristovam na Academia



» JOSÉ ROBERTO ARRUDA  
Ex-governador do Distrito Federal

O professor Cristovam Buarque semeia educação. Candidato à Academia Brasileira de Letras, Cristovam fez de sua vida uma missão: salvar o Brasil pela educação. Todos sabemos que o ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB), governador de Brasília, senador da República e ministro da Educação tem uma obra literária vasta e profunda. Publicou algumas dezenas de livros e trabalhos, todos com um pensamento crítico sobre a formação da sociedade brasileira. A grande maioria voltada para a sua obsessão: a educação. Na vida pública, acrescentou muito ao pensamento político do Brasil.

Nessa trajetória, o ponto mais alto da sua contribuição foi a criação do Bolsa Escola. Essa experiência, incipiente em Campinas e em Belo Horizonte, ganhou, com a ousadia de Cristovam, em Brasília, a visibilidade nacional. E seu projeto foi o berço dos programas que se sucederam de renda mínima, inclusive do próprio Bolsa Família.

Numa análise rápida, mas verdadeira, o projeto de Cristovam era, de longe, muito melhor do que os que o sucederam. Por uma razão muito simples, enquanto os "bolsas famílias" aprisionam as pessoas de baixa renda de uma forma política e econômica, gerando votos e as impedindo de buscar saída no mercado

de trabalho, o Bolsa Escola do Cristovam tinha porta de saída. Ao mesmo tempo que buscava a erradicação da miséria e a complementação de renda, era um programa visionário, pois tinha uma alavanca obrigatória para a educação das crianças e dos jovens das famílias atendidas. Sem acomodação das pessoas assistidas, o programa antevia um futuro sustentável e dava dignidade aos acolhidos.

Vale lembrar: a Bolsa Escola deu muitas oportunidades a Cristovam Buarque. Levou-o ao Senado e ao Ministério da Educação. Mas, paradoxalmente, foi essa ideia e esse programa, também, que provocou a sua saída do Ministério da Educação, impossibilitando-o de aspirar, com chances, à Presidência da República. Quando o seu nome ganhou força nacional, os donos do poder trataram de mudar o nome do programa, pois que o Bolsa Escola tinha a cara de Cristovam Buarque. Urgia tirá-lo do ministério, antes que ele ameaçasse de verdade o projeto hegemônico de poder da esquerda mais retrógrada, aparelhada e populista.

O fato é que, hoje, essa ideia, que nasceu da inquietação intelectual do Cristovam, rompeu todas as barreiras ideológicas. Foi assimilada pelos polos mais diferentes da política brasileira. Um verdadeiro consenso pela força do que representa para o Brasil.

Acompanho Cristovam Buarque desde meados dos anos 1980, no período de redemocratização, quando trabalhamos juntos nos planos de governo do presidente Tancredo Neves, na sede da FGV, em Brasília. Acompanhei-o no Ministério da Justiça, onde ele foi chefe de gabinete do ministro Fernando Lira, e eu seu subchefe. Estivemos perto quando foi reitor da UnB e,

mais tarde, em caminhos diferentes, na política partidária. Mesmo, adversários, mantivemos sempre o respeito e a amizade.

Nesses 40 anos, assisti muitas vezes ao Cristovam defender uma ideia, e quando todos concordavam, ele saía com um contraponto, uma visão radicalmente oposta, pelo prazer do desafio intelectual e pelo desprendimento de ideias preconcebidas. Uma característica sua. Cristovam é um homem sábio. Na sua simplicidade, radicalmente oposta à sofisticação da sua formação intelectual, sabe se relacionar com as mentes mais brilhantes, sem perder a humildade e o bom humor.

Mercidamente, hoje, seu nome é lembrado para a Academia Brasileira de Letras. Essa minha manifestação não vai somar nem um voto a seu favor. Até espero que, pelo menos, não tire nenhum. Apenas cumpro um dever de consciência de alertar as pessoas que pensam, que um intelectual, um professor, um escritor, que é de Brasília, pode representar muito bem seu estado natal, Pernambuco, e a capital do país.

Conheço a obra do Cristovam Buarque. Leio tudo que ele escreve. Reconheço a sua influência na minha formação humanística. Acho que as entidades organizadas de Brasília devem se manifestar, de público, o orgulho de ter o nome de Cristovam lembrado para a mais alta casa da inteligência brasileira. Vou além: no caso de ele ser eleito, a sociedade do Distrito Federal deveria oferecer ao ex-governador o fardão, uma forma de dizer que a escolha do Cristovam Buarque é um tributo à universidade aberta e, também, uma homenagem aos "Mestres com carinho", criadores da UnB, Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira.

### Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br



## Anna, armada de palavras

Durante muito tempo, acreditou-se que o jornalismo, principalmente o de caráter investigativo, representava a última trincheira avançada em defesa da liberdade de expressão, servindo como uma espécie de farol de resistência contra a tirania e a favor da verdade. Houve um tempo em que o jornalismo era tido, por sua capacidade de arregimentação das massas, como um quarto poder. Exemplos desse modelo de jornalismo combativo são abundantes por todo o mundo, e dele emergem figuras que, por sua atuação corajosa, entraram para a história como verdadeiros combatentes, munidos com as armas da palavra e da escrita.

O advento das mídias sociais, mesmo impulsionando as informações como nunca, ajudou a retirar muito desse poder atribuído ao jornalismo tradicional e, hoje, fez com que tanto a imprensa quanto a chamada busca pela verdade ficasse espalhada e dissolvida por todos os lugares, aumentando a impressão geral de que ninguém, em nossos dias, por mais poderoso que seja, pode ser considerado o dono da verdade.

Mas ainda assim, em meio às adversidades de um mundo em crise de identidade, é possível encontrar jornalistas com a coragem suficiente para abalar as estruturas do status quo, sobretudo, quando um sistema político favorece as injustiças e privilegia as camarilhas, os tiranos e a corrupção. É nesse sentido que o jornalismo favorece a sociedade, brindando-a com a verdade dos fatos. Por causa desse poder de transmitir a verdade, muitos profissionais do jornalismo pelo mundo, ontem e hoje, pagaram com vida por essa ousadia e coragem. A eles, muitas democracias pelo mundo, são devedoras desse tipo de luta.

Nesse sentido, merece destaque, neste espaço, a lembrança do nome da jornalista americana Anna Politkovskaya, nascida na América, mas criada na União Soviética. Profissional respeitada dentro e fora da Rússia, Anna era um modelo de repórter investigativa. Não precisa nem dizer que, tendo escolhido o lado investigativo da imprensa e, além disso, disposta a levar a verdade dos fatos aos leitores, Anna, desde sempre correu sério risco de morrer, ainda mais dentro de uma Rússia, comandada, há mais de duas décadas, com mãos de ferros por Vladimir Putin.

Putin é conhecido em todo planeta pelas acusações de crimes de guerra, genocídios de civis e pela forma brutal como trata toda e qualquer dissidência ou oposição. A lista com os nomes daqueles que ousaram desafiar-lo é imensa, assim como sua sede de poder e seu sonho megalomaniaco de reconstituir a antiga União Soviética, com toda a sua glória passada.

Trabalhar numa situação de perpétuo confronto como essa, onde a morte espereita em cada canto, não é para qualquer um. Ainda mais sendo uma jornalista atuante, focada em direitos humanos e que via, na guerra da Chechênia, violações indescritíveis praticadas pelo exército de Putin. Por sua atuação incansável, ela acabaria tornando-se uma figura emblemática, dentro e fora das fronteiras da Rússia. Poucos profissionais da imprensa tiveram a coragem que Anna demonstrava, ao cobrir uma série de conflitos e de guerras sangrentas comandadas por esse pequeno e ganancioso Napoleão de hospício soviético.

Anna, em seu trabalho, sempre demonstrava a preocupação em se posicionar contrária a toda e qualquer neutralidade, sobretudo aquela que faz cara de paisagem diante das brutalidades e desrespeitos à vida. Durante o tempo em que atuou nos principais veículos de comunicação da Rússia, o medo e a repressão eram uma constante. Os assassinatos de opositores e críticos do regime russo eram comuns. Da noite para o dia, esses críticos e adversários do regime desapareciam ou eram, simplesmente, encontrados mortos. Putin mandava eliminar, como moscas, não só políticos ou empresários contrários ao sistema, como encomendava também o silenciamento de jornalistas que se mostravam uma ameaça aos seus desmandos.

A morte anunciada e dada como certa de Anna, ocorreria em 7 de outubro de 2006, quando foi assassinada a tiros no elevador do prédio onde morava, por um desses milhares de sicários que agem para apagar os rastros de crimes desse regime brutal, o mesmo que, hoje, ameaça a Europa e o mundo com armas de destruição em massa. De toda a forma, a sua morte não foi em vão, tendo servido de inspiração para outros profissionais que ainda lutam dentro daquele país contra a centralização do poder e a falta de liberdade de expressão.

### A frase que foi pronunciada:

Esta linha política é totalmente neossoviética: os seres humanos não têm existências independentes, são engrenagens na máquina, cuja função é implementar sem questionamentos quaisquer escapadas políticas que aqueles no poder inventam. As engrenagens não têm direitos. Nem mesmo à dignidade na morte."

Anna Politkovskaya

### História de Brasília

Estão querendo fazer sensação em torno do julgamento do delegado João Peles. A história de ameaça de morte não é motivo para ausência de testemunha. Assunto desta classe não deve atrasar julgamento. (Publicada em 29/4/1962)